

## EDITORIAL

Em março de 2019, alguns meses antes de ser vítima de um golpe de Estado, o então presidente da Bolívia, Evo Morales, havia alertado sobre o papel imperialista que os Estados Unidos exerciam por meio de intervenções nos assuntos internos de outros países, qualificando como a “personificação de um novo colonialismo”. Morales fazia referência a um processo histórico de dominação colonial da Espanha e de Portugal sobre os povos sul-americanos que deixou profundas marcas na realidade social desses povos, os quais vêm experimentando uma nova ofensiva imperialista da grande potência econômica e militar que sempre considerou a região como o seu “quintal”. O golpe na Bolívia, bem a intervenção política em diversos países da América Latina, especialmente na Venezuela, tem todas as características de um novo expansionismo de matiz neocolonial.

A expansão colonial europeia nas Américas, Ásia, África e Pacífico, bem como as consequentes lutas de libertação e fundação de Estados-nações formalmente soberanos, mas profundamente dependentes, representam um movimento fundamental para compreender os significados do poder na modernidade. Nos dois últimos séculos, as várias formas de colonialismo corresponderam às características das metrópoles e ao relacionamento que elas mantinham com suas colônias. O conceito de colonialismo é comumente associado à ideia de relações assimétricas e de dominação entre diferentes Estados e nações. Tais relações também se manifestam em âmbito interno ao reproduzir, sob novas configurações, antigas relações de poder.

O mesmo ocorre com o conceito de neocolonialismo, derivado do próprio colonialismo e adotado nas análises políticas internacionais. Após a Segunda Guerra Mundial, o neocolonialismo se deu como uma contrarreação ao processo de descolonização da África e o termo foi amplamente adotado por analistas para caracterizar a dependência econômica de países da Ásia e da América Latina em relação às potências mundiais. O neocolonialismo não apenas organiza os países da periferia do capitalismo a partir dos interesses das grandes potências, mas deles retira tudo, transformando em mercadoria seus direitos sociais, suas manifestações culturais e suas riquezas naturais. Em paralelo, faz com que as sociedades dominadas adotem os mesmos valores culturais do explorador.

Além de sua dimensão política, que por si já seria extremamente relevante, os movimentos de dominação e resistência não se circunscreveram apenas a aspectos

políticos pragmáticos, mas ganharam relevância no campo do debate teórico sobre a própria natureza da ciência e da filosofia, predominantemente eurocêntricas. Um novo modo de pensar as relações de poder foi urdido nos interstícios de um *ethos* teórico-epistemológico ativista e acadêmico.

Foram precisos repensar e desconstruir a ciência e a filosofia eurocêntricas (único *locus* enunciativo vigente), a partir da perspectiva dos historicamente dominados ou “do Sul”. Existe a busca por um conceito de totalidade que ultrapasse a simples relação entre as partes e abranja distintas lógicas, histórias e modos de agir e pensar, que movimentam o todo de forma multidirecional, mesmo que esse movimento esteja orientado. Tal forma de compreensão, por conseguinte, altera o próprio conceito de sociedade, cultura, Estado, capitalismo etc.

Há um provérbio nigeriano que diz: “Enquanto os leões não contarem suas histórias, os contos de caça glorificarão sempre os caçadores”. Acreditamos que, com esse espírito, aspectos desprezados ao longo de nossa história colonial passaram a ganhar importância recentemente. Adotando essa postura, diversos pensadores produziram uma vasta literatura crítica pós-colonial e decolonial, expressa em importantes análises como as do mexicano Pablo González Casanova, do argentino Walter D. Mignolo, do peruano Aníbal Quijano, do português Boaventura de Souza Santos, dos indianos Homi Bhabha e Gayatri Spivak, do palestino Edward Said, do camaronês Achille Mbembe, do jamaicano Stuart Hall ou do psiquiatra, filósofo e ensaísta marxista francês Frantz Fanon, nascido em uma pequena ilha caribenha de domínio francês chamada Martinica. Compreender o mundo da perspectiva do colonizado faz parte de um esforço reflexivo significativo para as lutas contemporâneas dos povos africanos e latino-americanos, no terreno econômico, político, filosófico, sociológico e cultural, assim como exige conhecimento profundo e amplo das relações entre forças nacionais e internacionais e as classes sociais.

A presente edição de *Tensões Mundiais* sobre colonialismo e neocolonialismo na América Latina e em África pretende contribuir para o avanço e aprofundamento do debate sobre as múltiplas manifestações decorrentes dos processos de dominação neocolonial. Nesse sentido, iniciamos com o artigo de Paula Baltar Gonçalves, que observa a Teoria Crítica a partir de suas renovações e destaca a virada (ou giro) “decolonial” como elemento importante para esse processo. A autora traça o diálogo entre a Teoria Crítica e o pensamento decolonial. Concentrando-se na análise de

Walter Mignolo e Catherine Walsh, ela evidencia a capacidade do pensamento decolonial tanto para examinar o eurocentrismo, quanto para ampliar o seu escopo.

Debatendo ainda aspectos teóricos, porém agora dialogando com as ideias do italiano Domenico Losurdo, apresentamos o texto de Diego Pautasso em que ele analisa a genealogia do liberalismo e destaca os Estados Unidos da América (EUA) como o grande propagador das ideias liberais na contemporaneidade. Para Pautasso, o liberalismo é fundamental para compreender a política de poder realista das grandes potências ocidentais, pois se manifesta em sua face imperialista e assume diversas formas a partir da globalização neoliberal. Esta se articula através dos diversos mecanismos intervencionistas neocoloniais dos EUA e seus aliados. O trabalho de Pautasso, portanto, sugere um olhar sobre o neocolonialismo a partir de uma compreensão crítica do imperialismo.

Dando seguimento às discussões, separamos um artigo que trata da realidade de um país da América Central e Caribe: o Haiti. Jhon Kelly Monacé, Waldecy Rodrigues e Nilton Marques de Oliveira narram, originalmente em francês, aspectos da história política do Haiti, pensando o colonialismo e o neocolonialismo como modelos complementares de exploração desse país pela França. O estudo se volta a aspectos históricos da colonização francesa, como a “Revolta dos Negros” em Santo Domingo, para demonstrar que o Haiti tem sido o “laboratório perfeito” de experimentação e aperfeiçoamento desses modelos de dominação. Em sua análise, indicam que o colonialismo foi executado a partir das relações de produção, enquanto o neocolonialismo consolidou e refinou as relações coloniais já existentes. Os autores também destacam que a França acumulou riqueza pela exploração direta dos haitianos, mergulhando seu país em situação de extrema pobreza.

Mostrando uma reflexão original acerca da realidade do continente americano, Oscar Toro Bardeci trata da invasão de territórios indígenas *Pehuenche*, situados nos Andes – no centro-sul do Chile e sudoeste da Argentina – por Estados nacionais no século XIX. Bardeci verifica como a ocupação forçada produziu impactos físicos e culturais violentos entre os índios daquela etnia. Partindo do contexto em que a dominação se baseava na homogeneização cultural como justificativa da apropriação territorial, ele investiga a documentação escrita do século XIX, percebendo como a invasão e a dominação territorial tiveram impacto histórico, uma vez que forjaram uma imagem estereotipada dos *Pehuenche*. O autor também discute como se efetivaram as

formas de resistência daquela etnia e como aqueles indígenas ora responderam com resistência, ora se adaptaram às mudanças violentas.

Os dois artigos seguintes focam no continente africano. Em sua pesquisa, o professor Ercílio Neves Brandão Langa analisa os antecedentes históricos da Organização da Unidade Africana (OUA), fundada por representantes de 32 governos de países africanos para enfrentar o colonialismo e o neocolonialismo, sobretudo a apropriação das riquezas naturais do continente. A OUA surgiu em 1963, sendo antecessora da União Africana, instituída em 2002. O contexto de atuação dos países que a compunham se inseria na trajetória histórica do continente marcado por diferentes processos – como exploração, escravidão, colonização, lutas armadas, pan-africanismo e nacionalismo – que culminaram com a descolonização, a autodeterminação dos povos e as suas independências.

O segundo trabalho que trata do continente africano, de autoria de Samuel Correa Duarte e César Alessandro Sagrillo Figueiredo, aborda a luta armada em Moçambique, na década 1960. Os pesquisadores se concentram na análise da Frente de Libertação Moçambicana (FRELIMO), partido político fundado em 1962 e fundamental na luta pelo processo de independência moçambicana em 1975, contra o domínio colonial português. O artigo traça a trajetória desse que foi o único movimento reconhecido internacionalmente como estando em luta pela independência de Moçambique. A FRELIMO ultrapassou a atuação na luta armada e se tornou uma força relevante no campo de disputa política constitucional. Segundos os autores, o movimento tentou confrontar o velho passado colonial português, ao se propor a construção do que se convencionou chamar de “novo homem moçambicano”. O trabalho também discute o papel da contraofensiva da Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO) na disputa pelo poder em Moçambique.

Para fechar esta edição, selecionamos também duas visões da Europa sob pontos de vista originais. A primeira delas é a de Luciana Benetti Marques Valio, quando ela se debruça sobre a obra conhecida como *Parthenon of Books*, da artista argentina Marta Minují. Essa obra é uma réplica em grande escala de uma das estruturas mais famosas do mundo, o Partenon em Atenas, erguida com livros censurados durante o nazismo alemão e a ditadura militar na Argentina. A análise se debruça particularmente sobre a proposta curatorial da chamada *documenta 14*, a décima quarta exposição de arte da cidade de Kassel, na Alemanha, que fora transferida para Atenas (parte do Sul geopolítico). A mudança provocou intensos

debates internacionais acerca da complexa relação geopolítica entre o Norte e o Sul global, envolvendo também discussões sobre pós-colonialismo e neocolonialismo. O segundo ponto de vista original da Europa é o de Marco Gabbas, que escreve sobre a influência da Revolução Cubana e de Che Guevara no movimento italiano de esquerda chamado *Lotta Continua*, entre os anos de 1969 a 1974. Para isso, o autor utiliza como fonte de pesquisa matérias do jornal que leva o mesmo nome do movimento. O que chama a atenção no artigo de Gabbas é a adoção da visão revolucionária e anti-imperialista de Che Guevara, um exemplo político e moral, pelo movimento operário de um país europeu. Esse mesmo movimento também procurou elaborar uma visão menos mítica e mais realista sobre o revolucionário. O autor do artigo ainda se propõe a analisar a influência de Che na Itália contemporânea.

Conforme descrevemos acima, esta edição temática se define pela diversidade e pluralidade temática, conceitual e metodológica, que parte de discussões teóricas, passa pela análise documental e vai até o estudo de caso. A riqueza dos trabalhos contemplou de forma bastante original a proposta dessa edição sobre colonialismo e neocolonialismo. Embora a chamada tenha destacado o estudo da realidade africana e latino-americana, não pudemos deixar de lado importantes colaborações que enriquecem sobremaneira este número. Ao leitor, deixamos a promessa de um bom debate político e sociológico acerca de fenômenos gritantes nas sociedades contemporâneas.

Boa leitura!

Nota dos editores e organizadores desta edição:

No lançamento da chamada para esta edição temática, fomos surpreendidos com o falecimento do coronel-aviador Sued Castro Lima, fundador e idealizador do grupo de pesquisa *Observatório das Nacionalidades* e editor da revista *Tensões Mundiais*. Prestamos nossa solidariedade aos seus familiares e nossa homenagem a este militar democrata e socialista, que deixou um legado relevante às Ciências Sociais no Ceará e à memória do país, mediante sua ativa participação na Comissão Nacional da Verdade.

Os Editores